



# Evento de Abertura GEDEC 2015

Novo Conceito de Receita Bruta

Programa de Pós-Graduação Lato  
Sensu da FGV DIREITO SP - **GVlaw**

 **FGV DIREITO SP**  
ESCOLA DE  
DIREITO  
DE SÃO PAULO

# Novo Conceito de Receita Bruta

## Contexto da Mudança

- **Lei 12.973**

Art. 2º O Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

“Art. 12. A receita bruta compreende:

I - o produto da venda de bens nas operações de conta própria;

II - o preço da prestação de serviços em geral;

III - o resultado auferido nas operações de conta alheia; e

**IV - as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica, não compreendidas nos incisos I a III.**

- **Contexto:**

- Relação com novos padrões contábeis? Ausência do conceito de receita “bruta” na contabilidade geral. Criação da legislação “contábil-fiscal” para incluir os impostos sobre vendas na noção de receita
- Tentativa de sedimentação de dúvidas na incidência do PIS/COFINS? Há remissão a esse novo conceito nas Leis 9.718, 10.637 e 10.833.

# Novo Conceito de Receita Bruta

## Contexto da Mudança

- Relevância após o julgamento de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS pela Lei 9.718 (2005)
- Trecho final do voto do Min. Peluso

Quanto ao *caput* do art. 3º, julgo-o constitucional, para lhe dar interpretação conforme à Constituição, nos termos do julgamento proferido no **RE nº 150.755/PE**, que tomou a locução *receita bruta* como sinônimo de *faturamento*, ou seja, no significado de “*receita bruta de venda de mercadoria e de prestação de serviços*”, adotado pela legislação anterior, e que, a meu juízo, se traduz na soma das receitas oriundas do exercício das atividades empresariais.



# Novo Conceito de Receita Bruta

## Contexto da Mudança

- Instituições financeiras e a natureza da receita do *spread* bancário. Há RE com efeitos de repercussão geral aguardando julgamento (RE 609.096).
- Discussão sobre ampliação do conceito de receita bruta é antiga
- LC 7/70 e LC 70/91: faturamento = receita bruta = venda de bens e prestação de serviços
  - Incidência sobre locação de bens imóveis: STJ, REsp 149.094, de 1997. Sentido amplo de comércio de mercadorias.
- Lei 9.718: faturamento = receita bruta + ~~receita total~~ = venda de bens e prestação de serviços / operações mercantis (?)
  - STJ, Resp 1.210.655, de 26/04/2011: incidência de PIS e COFINS sobre receitas de locação e venda de imóveis, **inclusive imóveis próprios do ativo imobilizado, ainda que essa atividade não seja objeto social da empresa.**

# Novo Conceito de Receita Bruta

## Critérios para Aferição

- Qual a conotação de “*atividade ou objeto principal da pessoa jurídica*”?
  - Previsão de realização daquela atividade no objeto social
  - Proporção do faturamento ou da receita total
  - Ser acessória da receita principal
- **Decisões do STJ**
  - Objeto social: Resp 1.210.655, de 26/04/11 – não só não considera determinante constar, como entendeu ser irrelevante não constar para efeitos de caracterizar-se como receita bruta
  - Receita acessória à receita principal: REsp 1.432.952, de 25/02/14 – incidência de PIS/COFINS sobre correção monetária e juros provenientes de contratos de venda de imóveis = *receitas oriundas do exercício das atividades empresariais porque inerentes aos contratos.*

# Novo Conceito de Receita Bruta

## Lucro Presumido x PIS/COFINS

- **Evento MP 627, GEDEC, 08/05**

- Efeitos IRPJ/CSLL: um rendimento não considerando receita bruta anteriormente passaria a sê-lo e poderia, portanto, ter o benefício de aplicação do percentual de presunção para apuração da base de cálculo
- Efeitos PIS/COFINS: incremento de base de cálculo para quem estava no regime cumulativo

- **Mais PIS/COFINS, Menos IRPJ**

- Decisão STJ REsp 1.432.952 (inclusão juros e correção monetária no conceito de receita bruta): aumentar PIS/COFINS
- Mesmo raciocínio para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL pelo lucro presumido?
- Solução de Consulta COSIT nº 101, de 2014: devem ser aplicados os percentuais de presunção para as receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações relativas à comercialização de imóveis, auferidas por pessoas jurídicas que explorem atividades imobiliárias

# Novo Conceito de Receita Bruta

## Legalidade / Constitucionalidade

- **Legalidade: altera conceito de direito privado?**

*Art. 110. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.*

- **Constitucionalidade: ofende o conceito constitucional de faturamento?**

- Conceito constitucional de faturamento foi definido pelo STF, em 2005, como produto da venda de bens ou serviços ou como resultado da prática de operações mercantis (típicas ou atípicas)?
- Essa última expressão somente consta de discussão entre os Ministros Marco Aurélio e Carlos Veloso e no final do voto do Min. Peluzo
- Definição quando do julgamento do RE 609.096 (*spread* das instituições financeiras)?

- **Alterações na Lei 9.718 após a EC 20/98 podem considerar a receita total?**

# Novo Conceito de Receita Bruta

## Outras questões

- **Efeitos nas legislações do SIMPLES e das Contribuições Previdenciárias sobre a Receita Bruta (CPRB)**
  - Conceito de receita bruta / faturamento tem, ao menos, efeitos em 4 tributos: IRPJ-Lucro Presumido, PIS/COFINS, SIMPLES, CPRB
  - SIMPLES: SC 191/14 – as gorjetas integram a receita bruta e não podem ser excluídas da base de cálculo.
  - CPRB: não se inclui no conceito de receita bruta a receita da locação de imóveis próprios, auferida por pessoa jurídica cujo objeto principal seja outro.
- **CPC 30, recepcionado pela Lei 12.793**
  - Exclusão dos tributos sobre vendas, pois não se enquadram no conceito de receita contábil
  - Momento do reconhecimento da receita: essência sobre a forma
  - Não-reconhecimento das receitas quando há ausência de confiabilidade quanto à mensuração/recebimento
- **Operações de permuta**
  - Operações de permuta em geral geram ou não receita
  - Regime de caixa x operações de permuta de imóveis – PN 09/2014